

## HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

1ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

Nos últimos anos, historiadores latino-americanos têm procurado discutir um dos mais arraigados mitos sobre alguns países do continente: a pouca importância da etnia negra na formação da sociedade e da cultura destes países. Para deslegitimar tal mito, os pesquisadores têm ressaltado a importância da escravidão nos quadros da formação da sociedade latino-americana.

Com base nesta afirmativa:

a) **indique a política econômica** desenvolvida pelos países ibéricos no contexto da expansão europeia do século XVI;

**Resposta:**

O candidato deve indicar Mercantilismo ou política mercantil.

b) **analise a presença de comerciantes** portugueses nos territórios coloniais espanhóis em relação à mão de obra nos séculos XVI e XVII.

**Resposta:**

O candidato deverá destacar que a presença comercial de portugueses nos territórios colônias espanhóis efetuou-se preferencialmente através dos rios e caminhos do Rio do Prata, imprimindo um intenso comércio na Região de Buenos Aires. A principal mercadoria que seguia por todos os diversos caminhos desta expansão eram os escravos.

### BIBLIOGRAFIA

GARCIA, Emanuel. O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata. São Paulo, Perspectiva, 1985.

CANABRAVA, Alice. As relações comerciais entre o Rio de Janeiro e o Prata no século XVI. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

FALCON, Francisco e RODRIGUES, Antonio Edmilson M.. A formação do mundo moderno. RJ: Campus, 2006.

2ª Questão: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

A Revolução Francesa de 1789 foi pródiga em gerar idéias e projetos de reforma social dos mais diversos e radicais. Um deles, por sua projeção futura, merece ser destacado: a Conspiração dos Iguais, cuja crítica à propriedade estava respaldada na crença de que ela era "odiosa em seus princípios e mortífera nos seus efeitos". No entanto, a Conspiração dos Iguais não conseguiu concretizar seu projeto de defesa da abolição da propriedade privada.

Com base nesta afirmativa:

a) **mencione o principal líder** da Conspiração dos Iguais;

**Resposta:**

O candidato deve mencionar Graco Babeuf.

b) **discuta a principal reforma napoleônica** em relação à propriedade e suas repercussões na Europa.

**Resposta:**

O candidato deve fazer menção às principais reformas napoleônicas, destacando o Código Civil de 1804 que garantiu a liberdade individual, a igualdade perante a lei e o direito à propriedade privada. O código civil napoleônico exerceu marcante influência na institucionalização do direito privado nos países europeus, principalmente os que foram palco da expansão napoleônica. O candidato poderá também destacar que o código Napoleônico é a pedra angular do direito liberal, pois foi fonte das diretrizes legais dos países capitalistas. Ele poderá ainda afirmar que o código civil consagrou os interesses burgueses, sendo a expressão jurídica da chamada revolução burguesa.

### BIBLIOGRAFIA:

SAINT-JUST, Louis Antoine de. O Espírito da Revolução e da constituição na França. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1989.

SOBOUL, Albert. História da Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

WILSON, Edmund. Rumo a Estação Finlândia. SP: Cia das Letras, 1986.

## HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

**3ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

A vinda da Família Real para o Brasil decorreu das tensões que se manifestaram na Europa, por conta da oposição entre interesses ingleses e a política de expansão da França praticada por Napoleão Bonaparte.

A partir dessa contextualização:

**a) indique dois dos tratados** que se referem, no período, às relações entre Inglaterra e Portugal;

**Resposta:**

O candidato deve citar os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação.

**b) explique a contradição** existente no fato da vinda de a Família Real para o Brasil ter, ao mesmo tempo, fomentado um surto manufatureiro e criado condições para seu próprio declínio.

**Resposta:**

O candidato deverá apontar que o processo de desenvolvimento manufatureiro da Colônia Brasil, apesar de tímido, chegou a contar, a partir de 1808, com alguma expressão em setores como a construção naval e a produção de cordames, velas e tecidos em geral. Esse desenvolvimento tornou-se viável a partir de Carta Régia de D. João, revogando o Alvará de 1785, que proibia as manufaturas no Brasil, em função das novas e crescentes necessidades decorrentes da instalação da Corte no Rio de Janeiro, que teve sua população consideravelmente aumentada.

No entanto, ao mesmo tempo, a Coroa portuguesa havia contraído compromissos políticos com a Inglaterra, que apoiou a vinda da família real para o Brasil. Em função desse apoio, o príncipe regente viu-se na contingência de aceitar os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação firmados com a Inglaterra, que responderiam pelo caráter efêmero do desenvolvimento manufatureiro do Brasil. Isto porque, pelo primeiro, abriam-se os portos brasileiros às “nações em paz e harmonia”, pondo fim ao tradicional mecanismo de exploração da Coroa sobre a Colônia – o exclusivo colonial –, abrindo a possibilidade do comércio direto entre os negociantes brasileiros e os de outras nacionalidades. Além disso, o desenvolvimento das manufaturas também decairia, uma vez que os tratados de Comércio e Navegação de 1810 garantiam para os produtos ingleses – manufaturados, sobretudo - *ad valorem* de 15%, que eram mais baixas do que aquelas cobradas sobre os artigos importados de outros países (24%), inclusive de Portugal (16%), garantindo-se o privilégio mercantil às mercadorias inglesas. Ademais, os manufaturados ingleses eram de melhor qualidade e mais baratos do que aqueles aqui fabricados, haja vista ter sido a Inglaterra a pioneira da Revolução Industrial. Não bastassem esses fatores, as técnicas empregadas nas manufaturas brasileiras eram rudimentares e, por isso mesmo, sem condições de competir com os produtos ingleses.

### BIBLIOGRAFIA

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo, Moderna, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.

## HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

4ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

“O coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O coronelismo, além disso, **é datado historicamente**. Na visão de Vitor Nunes Leal ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o **federalismo** implantado na República (...) A conjuntura econômica era a **decadência econômica dos fazendeiros**” (Adaptado de CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.131-32).

Com base no texto acima:

a) **indique** o período da História do Brasil em que o Coronelismo teve o seu auge;

**Resposta:**

O candidato deve indicar República Velha ou Primeira República.

b) levando-se em conta as transformações políticas verificadas no Brasil, sobretudo após a implantação da ditadura do Estado Novo em 1937, **compare** os regimes políticos baseados no Coronelismo e no Autoritarismo.

**Resposta:**

O candidato deverá destacar que o Coronelismo é “datado” porque ele se refere ao extremo federalismo vigente na Primeira República que, com a grande autonomia dos estados, dificultava o contato político direto entre os governantes e a população rural, na medida em que entre eles interpunha-se a figura do coronel. Seria em torno dele que os homens do campo e inúmeros agregados viviam, tomando-o como referência de prestígio, riqueza e proteção, embora fossem trabalhadores por ele explorados. Seria esse conjunto de dependentes - eleitores - que propiciava aos coronéis um instrumento para barganhar com os governos estaduais e federal, uma série de benefícios e benesses que lhe seriam concedidos em troca desse “maço de votos de cabresto”, fundamental nas eleições republicanas da República Velha. Essa troca era a essência do chamado “compromisso coronelista” que, por um lado, assegurava ao coronel um poder político não mais compatível com sua situação econômica, que era de decadência. Por outro lado, o coronelismo tornou-se o pilar da política dos Governadores, ao assegurar com os votos de cabresto, a manutenção da própria Descentralização Republicana.

Com a “revolução de 1930” e a subida ao poder de uma aliança de setores agrários contrários à hegemonia dos cafeicultores paulistas, iniciou-se uma reestruturação do regime político brasileiro. Ela se dava no sentido da progressiva CENTRALIZAÇÃO do poder político em torno do Executivo federal, que seria reforçado visando a superar os REGIONALISMOS. A ditadura do Estado Novo foi o coroamento desse processo centralizador. O novo regime lançaria mão de medidas que promovessem a centralização das decisões políticas, a nacionalização da representação sindical das classes trabalhadoras urbanas via sindicalismo corporativista, além de estabelecer um sistema de ensino baseado em valores e princípios válidos para todo o território nacional. Além dessas, outras práticas autoritárias foram efetivadas durante o Estado Novo, como o fechamento do Parlamento, a Polícia Política etc., destinadas a assegurar o reconhecimento, EM NÍVEL NACIONAL, de uma **só liderança política**, no caso, Getúlio Vargas. Além disso, a expansão dos meios de comunicação, sobretudo o rádio, permitiu o acesso dos ocupantes do governo federal aos trabalhadores do campo ligados aos coronéis, não mais dependendo tão fortemente da intermediação coronelística para sua propaganda. Nesse sentido, enquanto o Coronelismo dava sustentação e respaldo à descentralização federativa na República Velha, o Autoritarismo do Estado Novo, com sua ideologia baseada no culto à Pátria, ao Poder Centralizado e aos valores nacionais, a ele se contrapôs, promovendo, além disso, o fim das barreiras fiscais interestaduais, consolidando o mercado nacional.

### BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

## HISTÓRIA - Grupos B, C e E - Gabarito

5ª QUESTÃO: (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

Ligado à União Nacional dos Estudantes, o Centro Popular de Cultura produziu, em 1961, um clássico do teatro brasileiro: Eles não usam *black-tie*, escrito e dirigido por Gianfrancesco Guarnieri, recentemente falecido. A peça era uma aguda e sensível análise sobre a vida do operariado brasileiro e era um exemplo de um teatro engajado, preocupado em fazer uma reflexão sobre as dificuldades e mazelas do povo brasileiro.

Com base nessa afirmativa:

a) **exemplifique** a atuação da **UNE** na defesa da democracia no Brasil, no período imediatamente posterior ao Golpe de 1964;

**Resposta:**

---

O candidato poderá destacar o papel da UNE na organização da Passeata dos Cem Mil, contra o regime militar, ocorrida em 21 de junho de 1968. Poderá ainda ressaltar a impotência da UNE na defesa pela restauração da democracia.

b) **discuta a relação entre nacionalismo e cultura popular** presente nos princípios e nas ações desenvolvidas pelo Centro Popular de Cultura.

**Resposta:**

---

O candidato deverá responder que, nos anos 1960, o Centro Popular de Cultura compartilhava a crença numa ideologia nacionalista. Atores, dramaturgos, diretores, produtores ligados ao Centro Popular de Cultura procuraram politizar e popularizar o teatro brasileiro. A conscientização das classes populares, através da linguagem teatral, era um dos objetivos buscados por dramaturgos como Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri. Por conta disso, havia a expectativa de que era possível recuperar as tradições e lutas dos trabalhadores brasileiros, configurando-as como uma identidade nacional, a ser resgatada, preservada e divulgada. O candidato poderá também destacar que a "cultura popular", vista como uma das alternativas para a transformação da realidade brasileira, era pensada a partir da arregimentação dos intelectuais e da conscientização dos populares. Em outras palavras, os artistas e intelectuais do Centro Popular de Cultura acreditavam que a cultura popular seria capaz de promover intensas transformações na estrutura econômica e nas relações de poder no país. Por esta razão, o CPC era visto como promotor desta mesma cultura, pensada como nacional.

### BIBLIOGRAFIA:

RIDENTI, M. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AYALA, Marcos & AYALA, Maria Inês., Cultura Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Ática, 1995.